

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

FONTE : OESP

CLASS. : 06

DATA : 17.03.85

PG. : 52

Nos garimpos, só 30% da capacidade é aproveitada

Brasil aproveita muito mal jazidas de ouro (I)

ALBERTO TAMER

O Brasil é um dos maiores produtores mundiais de ouro, terceiro ou sexto lugar dependendo do critério utilizado, mas ainda não descobriu isso. A ausência de uma política nacional bem definida, a incerteza quanto ao comando central — Banco Central? Ministério das Minas e Energia? — e acima de tudo, as falhas flagrantes na parte tributária, associadas à exploração irracional efetuada pelos garimpos, levam o setor do ouro a uma situação delicada e difícil.

Em consequência, grande parte da riqueza nacional permanece ainda hoje inaproveitada, para não dizer desperdiçada. Segundo estimativas oficiais, o Brasil perde atualmente pelo menos 10 bilhões de dólares por ano em decorrência dos extravios de ouro para o mercado externo e das perdas provocadas pelo uso extensivo dos garimpos, onde são jogados fora cerca de 30% da produção que poderia ser efetivamente aproveitada. Ainda recentemente, o diretor do Centro de Tecnologia Mineral, Roberto Vilas Boas, afirmava que o atual processo de recuperação dos garimpos brasileiros é de apenas 70%. Ainda assim há uma perda regular de 50% na produção, principalmente nas áreas da Região Norte e Goiás.

Pelas suas estimativas, a produção nacional — que caiu no ano passado para 50 toneladas, em contraste com uma estimativa inicial de 60 — é bem maior do que se pode imaginar. Ele arrisca um número: 118 toneladas, o que nos colocaria em terceiro lugar no ranking mundial. Hoje, segundo os dados oficiais, estamos em sexto, depois da África do Sul, com 870 toneladas, da URSS, com 286, do Canadá, com 77, da China, com 60 e dos Estados Unidos, com 58 toneladas.

Como sempre, as previsões oficiais do Ministério das Minas e Energia são mais otimistas, envolvidas em véus cor-de-rosa: o Brasil produzirá em 1985 mais de 66 mil toneladas. Será? É difícil dizer, pois tudo vai depender da política que vier a ser adotada pelo novo governo, a qual precisa contemplar os vários segmentos da economia aurífera, desde a produção, com a redução gradativa dos garimpos, até a comer-

cialização e a tributação, ainda confusa, pouco justa e decididamente desestimuladora.

“A atual política do ouro praticada pelo governo federal poderá levar à depredação das jazidas existentes, bem como inviabilizará o seu aproveitamento a médio e longo prazos. Ela visa à produção imediata do metal a qualquer custo, sob o risco de transformar o Brasil em um imenso garimpão”, afirmou Kenro Matsui, técnico que opera no setor há mais de 18 anos, em seminário realizado no ano passado no Rio de Janeiro.

Neste sentido, algo já está sendo feito, na medida em que a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM) abriu concorrência para atrair a participação do setor privado a áreas promissoras, principalmente no médio rio Tapajós, no Gurupí, em Pernambuco e na Bahia. Já é um passo, tímido ainda, pois, ao lado desse esforço, pouco ou nada tem sido feito para evitar os desperdícios imensos representados pela exploração predatória dos garimpos. (Ainda recentemente o ex-diretor da CPRM mostrava-se entusiasmado com a possibilidade de aumento dessa produção artesanal, de oito a dez toneladas, sem lembrar que quase outro tanto é perdido...)

Na verdade, a produção nacional de ouro aumentou consideravelmente nos últimos quatro anos com as descobertas da Amazônia, mas continua bem abaixo do que poderia proporcionar o potencial existente. Ela passou de apenas 4,4 toneladas em 1979 para 50 ou 53 toneladas em 1984 devido essencialmente à entrada em operação dos garimpos, isso em termos oficiais, sem contar o volume imprevisível que é contrabandeado. Os garimpos representam hoje cerca de 80 a 82% da produção oficial.

Um fato positivo? Sim, se procurarmos esquecer o ouro perdido nessas explorações artesanais e primitivas que estimulam a clandestinidade das vendas e a evasão de recursos. (Não se pode esquecer que o ouro é a única riqueza nacional que se transforma automaticamente em divisas...) A queda da produção no ano passado — não em relação a 1983, pois houve uma estabilização, mas às previsões iniciais de mais de 60 toneladas — deveu-se a vários fato-

res, como falta de recursos da Caixa Econômica Federal para a aquisição ampla nos garimpos, gerando evasão, e aos problemas sociais surgidos em Serra Pelada.

No fundo, a CEF vem desempenhando um papel importante na execução da política de compras, mas sua ação é ainda incompleta e não totalmente eficaz. Essas operações deveriam ser estimuladas e abertas a todos — Estado e setor privado — numa sã concorrência de mercado, cujo resultado final levaria à redução da evasão, ou “descaminhamento”, como é conhecido, e o aumento da produção controlada de ouro do País.

Hoje, a Caixa Econômica exerce o monopólio de compra em algumas áreas, dominando, por exemplo, todo o setor de Serra Pelada. Não há que criticar a sua forma para o cálculo do preço a ser pago, que adota cotação internacional multiplicada pela paridade do dólar no paralelo. O problema todo reside na menor agilidade do Estado como elemento comprador, na falta de recursos, enfim, na persistência de todos os vícios naturais decorrentes da intervenção do governo nos processos de comercialização de um produto nobre e de fácil transporte para o Exterior. É verdade que a maior parte do ouro adquirido pela CEF passa a integrar as reservas federais, através do Banco Central.

Mas isso não impede a maior participação do setor privado na comercialização, mesmo porque, em determinados momentos, os intermediários acabam oferecendo preços melhores, ou maior facilidade na operação de compra, provocando uma evasão do produto das malhas do governo e talvez da esfera de comercialização no País. Não se pode esquecer, finalmente, que as reservas nacionais estão hoje estimadas inicialmente em 34 mil toneladas, uma das maiores do mundo.

• E não será com a estrutura precária de produção e comercialização que aí está que iremos explorar uma parcela mínima sequer desse potencial.

Mas, se na área de produção, tudo é muito primitivo, na da comercialização é ainda mais tímido e confuso, como veremos no segundo artigo desta série.